

A PRÁTICA DAS POLÍTICAS ASSISTÊNCIAS ARTICULADAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO

Priscila Pavan Detoni

Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9818967247146714>

E-mail: ppavandetoni@gmail.com

Eliana Teresinha Quartiero

Professora da Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC. Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS, Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/1896289305396728>

E-mail: eliana@quartiero.com.br

Henrique Caetano Nardi

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9591044257330893>

E-mail: hcnardi@gmail.com

PPGPSI – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo:

Neste trabalho propomos questionamentos acerca da forma que se apresentam e as políticas públicas de assistência social e a flexão das relações de gênero. Em especial no que consta a apresentação e discussão de três casos relatados etnograficamente nos atendimentos de um Centro de Referência de Assistência Social. Neste campo podemos perceber que se (re) produzem, por vezes, modelos cristalizados de masculinidades e feminilidades no contexto de situações de atendimento frente situações de violência de gênero, como estão presentes nas posturas dos profissionais as marcas de comportamentos esperados para cada gênero e corpo. Estas reflexões apontam para a necessidade de maior formação e informação para articular com a rede de políticas públicas no que consta olhar para as relações de gênero e reconhecer os sujeitos dentro da diversidade.

Palavras-chave: políticas assistenciais, relações de gênero e violência de gênero.

Abstract:

In this paper we propose questions about the way the public policies of social assistance and bending of gender relations are presented. In particular given the presentation and discussion of the three cases reported ethnographically in attendances in a Reference Center for Social Assistance. In this field we can sometimes see (re)produced crystallized models of masculinity and femininity in the context of service situations facing situations of gender violence, as are present in the attitudes of professional the brands of expected behaviors for each gender and body. These reflections point to the need for more training and information to articulate with the network of public policies in looking at gender relations and recognizing the individuals within diversity.

Keywords: welfare policies, gender relations and gender violence.

Neste trabalho proponho lançar alguns questionamentos acerca da forma que se apresentam e se produzem nas políticas públicas de assistência os modelos de masculinidades, feminilidades e como são pensadas suas organizações na família. Qual o entendimento e a articulação das relações de gênero, sexualidade, e diversidade sexual dentro das execuções das políticas de Assistência Social? Todos os sujeitos são acolhidos e atendidos nos serviços da Assistência Social da mesma forma? Neste campo podemos perceber que se (re) produzem, por vezes, modelos cristalizados de masculinidades e feminilidades no contexto de situações de atendimento frente situações de violência de gênero, como estão presentes nas posturas dos profissionais as marcas de comportamentos esperados para cada gênero e corpo. Estas reflexões apontam para a necessidade de maior formação e informação para articular com a rede de políticas públicas no que consta olhar para as relações de gênero e reconhecer os sujeitos dentro da diversidade.

A Política Pública de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) completa sete anos no Brasil, e ainda se encontra em um momento de implantação no que consta a organização e as constantes (re)formulações de como devem acontecer as práticas em diferentes regiões, no que consta os níveis de proteção básica e em especial nas atribuições delegadas aos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e CREAS – Centros de Referência Especializados em Assistência Social. A população foco destas políticas de assistências está inscrita em situações de vulnerabilidade social, no que confere à condições sócio econômicas e culturais, configurada dentro das condições de Pobreza (entre 70 a 140 reais per capita) e Extrema Pobreza (abaixo de 70 reais per capita).

Podemos pensar este processo de aplicação das políticas públicas que visam a garantia de direitos para a população que apresenta maior vulnerabilidade como um processo que está atrelado a produção de subjetividades e possibilidades de modos de existência. Verdades legitimadas nas regulamentações do SUAS dizem sobre as formas de ser homem, mulher, criança, idoso/a, adolescente (DIAS, 2009). O texto da PNAS, que tem como foco a família - entendida por uma unidade nuclear de pessoas ligadas por parentesco ou afinidade, que formam um grupo doméstico e dividem o mesmo teto, propõe e se constitui dentro de jogos de verdade sobre os sujeitos. Neste sentido vislumbramos as relações de gênero como um dos marcadores sociais que devem ser

pensados para contemplar e flexionar quem são os seus sujeitos e como eles estão imbricados com as questões sociais.

O debate de gênero, classe e saúde recentemente foram incorporados no campo da saúde, tendo ocupado cinco subgrupos, segundo Aquino (2006): reprodução e contracepção; violência de gênero (dentro estariam suas variações: a violência doméstica, familiar, conjugal e sexual); sexualidade e saúde (com ênfase nas DST/Aids); trabalho e saúde (incluindo o trabalho doméstico e o trabalho noturno); e outros temas emergentes ou pouco explorados como o envelhecimento e a saúde mental. Neste campo de debate a PNAS se assemelha ao foco dado pela saúde, utilizando-se das mesmas nomenclaturas, pois estas práticas de políticas públicas coexistem e dialogam entre si. Estamos tomando estas vulnerabilidades relacionadas à sexualidade e marcadas pela violência de gênero como sendo questões antes de tudo sociais, decorrentes de como tem se organizado o sistema de sexo-gênero (RUBIN, 1975), das relações de poder (FOUCAULT, 2006), das relações de gênero (BUTLER, 2003), da dominação masculina (BORDIEU, 1999), e do que as instituições das políticas públicas assumem como práticas quando vão dimensionando quem e como se deve cuidar da(s) família(s), como deve se dar a distribuição de renda.

Para este primeiro ensaio, foram realizados relatos de atendimentos ocorridos em um CRAS da capital do Rio Grande do Sul que envolviam violência de gênero, a partir de uma proposta etnográfica que consta o diário de campo que produzi enquanto profissional psicóloga que acompanhou a implantação dos CRAS em Porto Alegre.

Através da exposição dos relatos etnográficos de três atendimentos realizados em 2012 por uma equipe de profissionais de um CRAS em Porto Alegre, busco aqui refletir sobre as possibilidades de acolhimento e sobre o encaminhamento dado, dentro da rede das políticas públicas, para estes sujeitos que vivenciaram situação de violência de gênero. Entendo violência de gênero como a produção das relações de poder que as instituições tomam no corpo dos sujeitos, bem como as produções que regulam formas de se relacionar dentro do âmbito que constitui sexo, sexualidade e gênero.

Para adentrar esta discussão, proponho uma análise nos documentos produzidos pela PNAS no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em especial as referências em relação ao Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero (MDS, 2006).

PNAS e Relações de Gênero

Para coordenação e execução das Políticas Nacionais de Assistência Social - PNAS, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional, bem como a supervisão, monitoramento e avaliação da implementação destas políticas, foi criado em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. O MDS abriga quatro secretarias – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional- SESAN e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, além da sua Secretaria Executiva e da recém criada Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza - SESEP. E o MDS que produz como deve ser orientada e executada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS dentro das instituições dos CRAS e CREAS.

O MDS (2012) solicitou em recente edital a escrita e o resgate de pesquisas que abordavam sobre as questões relacionadas ao gênero através da modalidade produto, tomando como centro de seus objetivos o estudo das mulheres dentro das relações que reafirmariam que a condição de pobreza também seria fruto da desigualdade na forma como a sociedade estabeleceu a divisão por sexos, gêneros, corpos, raças, etnias; o que de certa forma poderia ser compensado pela organização da distribuição de renda, como é o caso do cadastro único das famílias e recebimento do Programa Bolsa Família - PBF, onde geralmente cabe às mulheres serem responsáveis legais pela família.

Este edital propôs:

Analisar, sob a perspectiva de gênero (...), os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida e das mulheres e as relações de gênero. Avaliar a pertinência e a abordagem da temática de gênero nas pesquisas realizadas pela SAGI e propor estratégias de pesquisa para avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família no que diz respeito à temática de gênero. (MDS, 2012, p. 3 e 4).

Existem, também, já duas pesquisas concluídas que vão auxiliar nesta busca: O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero e a Avaliação de Impacto do Programa Bolsa família (1ª e 2ª rodadas).

Os principais impactos do Programa [Bolsa Família] na condição social das mulheres se refletem: (1) na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; (2) na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo

benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais; e, (3) na mudança de percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no Programa. Não se pode afirmar que o Programa mudou as relações de gênero tradicionais, algo que de forma alguma poderia ter acontecido no curto tempo transcorrido desde sua implantação, mesmo que esse objetivo tivesse existido. Sob a perspectiva da diminuição das desigualdades de gênero, o maior acerto do Programa reside em transferir a renda preferencialmente às mulheres visto que são elas que reproduzem a vida. (O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, MDS, 2006, p.2).

Esta pesquisa traz a questão de que as mulheres reproduzem a “vida” também estariam imbricadas com a maternagem das crianças, uma vez que as condições socioeconômicas de baixa ou nenhuma escolaridade delas fizesse com que suas atividades laborais não se reconheçam remuneradas e se encontrem dentro do âmbito familiar, e que o PBF - principal programa da PNAS e maior distribuição de renda no mundo em 2011 - as colocaria em outro lugar, uma vez que existe uma fragilização no exercício de cidadania e na precarização do trabalho.

A PNAS se dá conta da necessidade de retomar o limite entre cuidado e tutela, para não reproduzir o antigo assistencialismo; contudo ainda precisa suspender os padrões de normatividade no que constam as práticas, que reafirmam papéis tradicionais. Afinal, a categoria profissional que forma um corpo de aplicação das políticas públicas em especial a PNAS implica em dispersão, conflito e contradição (RUSSO e cols, 2009).

Considero toda a argumentação do PBF e seus estudos já realizados importantes, mas existe a necessidade de vislumbrar outros sujeitos dentro deste espectro de vulnerabilidade que não só as mulheres para que possa ser possível um real enfrentamento das desigualdades de gênero. Pensar em relações de gênero dentro das políticas públicas de uma maneira mais ampla, já que deveriam visar o conjunto de homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos/as. Neste sentido, a seguir apresentarei os casos de violência de gênero que não estão flexionados somente na posição das mulheres. Como geralmente é caracterizada a violência de gênero e a produção da vítima, conforme Sarti (2009), trouxe na análise dos atendimentos de casos de violência como problemas de saúde dentro das políticas públicas de saúde, em que o corpo de crianças, adolescentes tomam um lugar emblemático de cuidado, seguido pelas

mulheres, mesmo que no desenho da violência urbana brasileira traga que as principais vítimas são jovens, negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos.

Considero importante destacar que o movimento feminista num primeiro momento se apoiou na mulher enquanto objeto, para formar uma classe para reivindicar na luta de classe. O gênero foi desenvolvido para ser uma categoria que explora o que significa mulher (HARAWAY, 2004). Wittig (2002) argumentou que as mulheres se constituem em uma classe que se construiu através de uma estabelecida e específica diferença sexual, que dá aos homens o poder ideológico, político e econômico sobre as mulheres, ou seja, o sexo como uma categoria que funda a sociedade heterossexual, e as lésbicas, dentro desta lógica, seriam *não mulheres*, por que estariam fora da economia sexual (RUBIN, 1975) que se dá nas trocas das relações heterossexuais.

Marx trabalha o gênero pensando em quem o poder através dos meios de produção, como se a heterossexualidade fosse inquestionável e Gayle Rubin traz o materialismo histórico do sistema sexo-gênero em que as mulheres foram colocadas como objeto de troca (RUBIN, 1975).

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. (HARAWAY, 2004, p. 211).

Butler (2003) argumentou que o gênero está antes do sexo, uma vez que o gênero produz o sexo e a sexualidade dos sujeitos, o que Foucault (1988) já destacava que a noção de sexo produz a sexualidade, o que faz parte da pauta dos discursos e das práticas. “(...) o discurso de identidade de gênero é intrínseco a ficção da coerência heterossexual.” (HARAWAY, 2004, p. 219). Haraway (2004) problematiza o lugar do inato e do biológico que vai se colocando ao sexo, o que produz feminilidades e masculinidades com atributos específicos como se pudesse ser da natureza dos corpos.

Uma “ficção reguladora” semelhante, básica para o conceito ocidental de gênero, insiste que a maternidade é natural e a paternidade cultural: as mães e os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta a vista; a paternidade é inferida.” (HARAWAY, 2004, p. 220).

Pretendo, a partir deste momento, descrever e discutir três casos que passaram pela violência de gênero no âmbito de garantia de políticas públicas, no âmbito da

relação com a família, à escola e/ou com o acesso de saúde. Estes não acessos fez com que estas pessoas acessem a assistência social, pois uma das suas prerrogativas é mesmo ter outros acessos.

Contudo, ainda não se mensuram as vulnerabilidades de violência de gênero com especificidades na assistência, por isso é importante trazer alguns casos para pensar que não é só a figura da mulher padrão que sofre violações.

Caso 1: Homofobia Inscrita

Paulo¹, um adolescente de 16 anos, negro, foi atendido pelo CRAS durante um ano, estava participando das atividades do Pro Jovem Adolescente² fora da região de abrangência do CRAS que o referenciava, por que não existiam vagas suficientes para o número de adolescentes na região em relação aos coletivos. Além disso, a comunidade apresentava uma relação de preconceito em relação à orientação sexual de Paulo, então o adolescente preferiu estar em um lugar onde pudesse buscar a atividade de lazer e de profissionalização com outros jovens e profissionais, que não repetissem a exclusão e os deboches que vinha sofrendo no seu bairro e escola.

A família de Paulo é composta por ele, a mãe e mais um irmão mais novo. A mãe faz parte do cadastro do Programa Bolsa Família e recebe 150 reais, ela também realiza faxinas dentro do trabalho informal.

Paulo retornou ao acolhimento do CRAS por estar residindo há um mês fora de casa, em decorrência do preconceito – homofobia - dos vizinhos e da família as suas manifestações de homossexualidade e por andar com os emos, punks e outros grupos onde pode se expressar mais livremente. Ele estava morando com Scheila³, uma amiga da mãe, que sofreu um acidente e necessitava de cuidados, em uma cidade da região metropolitana. Contudo, Paulo não estava satisfeito com esta situação pois: não

¹ Nome fictício.

² O Pro Jovem Adolescente é um programa no MDS que visa ser um espaço sócio protetivo para adolescentes entre os 14 e 18 anos, em que a família sem encontra em situação de vulnerabilidade social, como é considerado o caso de todos os/as beneficiários/as do PBF.

³ Nome fictício.

conseguia frequentar a escola e as atividades do Pro Jovem em decorrência das distâncias e demandas no cuidado dela. Também Paulo não estava tendo um bom relacionamento com Scheila e se sentia explorado por ela no que tange a execução dos serviços domésticos. Então, Paulo pretendia voltar a morar com a mãe, só que relatava ter dificuldade nesta relação familiar por não ter uma renda para auxiliar na casa, uma vez ele trazia que o irmão mais novo já vinha auxiliando e tem a marca do preconceito homofóbico associado a esta condição, como se não fosse homem de verdade.

No primeiro momento, a equipe do CRAS abordou sobre a oportunidade de uma vaga de profissionalização oferecida dentro dos projetos sociais, na qual Paulo poderia se inscrever para fazer uma entrevista. Paulo retornou, dizendo que a amiga da mãe – Scheila - queimou todas as suas roupas, quando ele disse que tinha como prioridade sua formação - como ir à escola, buscar o curso profissionalizante e continuar no Pro Jovem. Então, Paulo desacreditou na possibilidade de fazer a entrevista para o curso profissionalizante somada as dificuldades de voltar para casa da mãe e ser acolhido por ela, como se a orientação sexual pudesse estar ligada a uma escolha e culpa sua, conforme Paulo se percebia e sofria em relação a norma.

As intervenções do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF no caso de Paulo propostas pelos/as profissionais do CRAS foram: a intermediação com a sua mãe para possibilitar o seu retorno em casa e organização da vida escolar e das atividades que ele vinha fazendo, bem como, acompanhá-lo em uma entrevista e auxiliar na organização da documentação para o processo seletivo do curso profissionalizante remunerado. Paulo conseguiu entrar no curso profissionalizante remunerado e retornar para casa, e estuda à noite e pode-se perceber que consegue ser valorizado por ter a possibilidade de auxiliar na renda da família.

Contudo, a intervenção poderia ter abrangido a denúncia do preconceito sofrido por Paulo devido à sua orientação sexual, pelas suas roupas queimadas, pela exploração do trabalho doméstico, uma vez que se produziram formas de violência e violação dos direitos humanos. Cabe pensar aqui, o quanto fortalecer vínculos que é uma função atribuída ao trabalho da assistência é efetiva em contemplar as reivindicações de lugares dignos e legítimos para pessoas que habitam as minorias sexuais. Afinal, a construção de respeito a este adolescente passa, e se funda, pelo lugar de quem é produtivo, trabalha e tem renda.

O adolescente percorre espaços onde pode ser incluído e outros não, então: se coloca a necessidade de discutir as possibilidades de sua expressão sexual. Onde? Como? Quais as possibilidades de sair do armário? O armário é colocado em evidência na construção política e identitária da vida gay, mas também precisa ser pensado como um dispositivo para a regulação da vida (SEDGWICK, 2007). Afinal, para sair do armário é preciso sair em vários níveis, como no caso de Paulo, primeiro no grupo de amigos, depois num serviço de atendimento público - a Assistência Social – para ganhar respaldo nas esferas da família, da escola e da profissionalização.

A violência contra homens, como Sarti (2009) trouxe em estudo com profissionais da saúde não tem inteligibilidade, uma vez que se reconhece este lugar como possível de dar conta da denúncia por si só, bem como os abusos aos homens não fossem legítimos pela vitimização que o feminismo da primeira e da segunda onda produziram em relação às mulheres.

Neste caso, poderíamos pensar por que é deixado de lado os encaminhamentos que historicamente se construíram em torno do gênero que não reconhecem a homofobia e as violações em relação aos homens e os culpabiliza, como se o corpo homossexual pudesse ser penetrável a violência (Sarti, 2009). E também, o encaminhamento jurídico de abusos ligados ao preconceito relacionado à orientação sexual está sendo construído e seu debate é recente, e envolve controvérsia no sentido de sua criminalização específica.

Caso 2 - “Que é nome social?”

Vanessa tinha acabado de mudar de bairro por que vinha sofrendo ameaças devido à disputas no ponto de prostituição onde trabalhava mais próximo ao centro da cidade. Vanessa⁴ procurou o CRAS por que precisava de um comprovante de residência para ser atendida na Unidade Básica de Saúde - UBS do bairro. Conjuntamente a esta demanda trazia consigo a problemática de não ser aceita num primeiro momento para os

⁴ Nome fictício.

atendimentos de saúde, por ter um documento de identidade masculino – Denis⁵ - e uma aparência feminina - Vanessa, uma vez que se identifica enquanto travesti e também por não ter comprovante de residência, por estar morando em área invadida.

“E quando eu pergunto para ela: - “Como tu costumava ser chamada?” ela me responde: – “Vanessa! Mas, nem adianta me chamar de Vanessa, por que o meu documento tá Denis, e o que vale é o que tá escrito e ponto. Não é?”(Diário de Campo).

Vanessa desconhece seus direitos de como deve ser recebida e tratada dentro dos serviços das políticas públicas - da saúde e da assistência, ela também desconhece os programas de transferência de renda. Os encaminhamentos dados foram: Vanessa foi acompanhada ao serviço de saúde para ser atendida, afinal a PNAS resalta que ela garante o acesso as outras políticas públicas. Foi agendado visita domiciliar para comprovar a residência de Vanessa no bairro, por ela e família não possuem outra fonte de comprovação. Além disso, Vanessa foi convidada para participar de um grupo socioeducativo no CRAS sobre os benefícios assistências e buscou-se ressaltar informações sobre as condições de uso de um nome social.

Como travestis, transexuais, transgêneros, intersex são recebidos dentro dos espaços de execução das políticas públicas de assistência social? Não há necessariamente uma normativa que contemple este ponto, mas se propõe uma universalidade no acesso dos serviços. Mas, como se garantir uma universalidade, se o objeto central das políticas públicas de assistência social são figuras de mulheres, como fica o acesso quando não há uma coerência entre sexo, gênero e corpo? Entramos no que Butler (2003) coloca de que o gênero vem antes do sexo, e geralmente dentro de um espectro de uma heteronormatividade. Aqui eu colocaria uma nota de rodapé com o conceito de heteronormatividade “(...) o discurso de identidade de gênero é intrínseco a ficção da coerência heterossexual.” (Haraway, 2004, p.219). Nem todos os corpos habitam esta coerência, então a partir disso se constroem as reivindicações políticas que podem clamar por um nome social. Como o caso de Vanessa, a qual precisa se afirmar como pessoa legítima, dentro dos espaços institucionalizados dentro de um padrão que

⁵ Nome fictício.

refere mais valia a um documento do que um sujeito. Não se sai da norma, por mais que se escape dela.

Caso 3 – As lésbicas são mesmo mulheres?

A tia avó de Isabela procurou o serviço do CRAS para relatar que esta está sofrendo violência física e psicológica por parte da sua companheira Mariana. Ela conta que Mariana tem ciúmes de Isabela e não a deixa sair de casa, no máximo ir ver os seus dois filhos (um de 2 e outro de 4 anos de idade) que estão sob a guarda de outro tio avô. Esta guarda se deu em decorrência das internações de Isabela por fazer uso de substâncias psicoativas - SPA.

Isabela apresenta marcas de agressão física como mordidas, chutes, roxos; mas se recusa a ir até uma delegacia fazer ocorrência da violência sofrida por que vem sendo ameaçada pela companheira de morte, caso denuncie ou se separe dela. A tia avó relata que Isabela é afetiva com os filhos dela e da companheira, que cuida os 4 filhos da companheira enquanto a companheira exerce funções com o tráfico de drogas. Segundo sua tia avó, Isabela estabeleceu uma relação de dependência com a companheira que também lhe fornece drogas em decorrência da dependência química. Isabela necessita ir aos atendimentos de saúde, mas abandonou o tratamento no CAPSad e também não foi as consultas agendadas para tratar de problemas de saúde relacionados a obesidade.

A tia avó não sabe o que pode fazer para ajudar Isabela e tomar providências em relação à violência que ela vem sofrendo da companheira. A tia avó já pediu três vezes a internação compulsória de Isabela via judicial por abuso de SPA e também recorreu aos pais dos filhos de Isabela por entender que seria melhor ela voltar a ter uma relação heterossexual, como se nestas relações ela estivesse mais protegida de um circuito de violência.

As intervenções pensadas dentro do serviço de atendimento do CRAS, evidenciaram num primeiro momento a indicação de que a tia avó possa fazer um boletim de ocorrência constando as violências que Isabela sofre em relação a companheira, uma vez que Isabela não está conseguindo fazer. Foi indicada, também,

um encaminhamento a um atendimento em um Serviço de Acessória Jurídica⁶ –para que Isabela possa buscar seus direitos e marcar a violação que vem sofrendo em relação à companheira. E caso, Isabela ficasse muito desprotegida por estar sobre efeito de SPA, pode-se solicitar uma nova internação para desintoxicação.

A tia avó realizou uma ocorrência policial e pedido de internação judicial via defensoria pública para Isabela, contudo ela não foi internada e não admitiu tratamento. Isabela foi então referenciada ao serviço do CREAS para que ela possa ser acompanhada na proteção para a violência que vem sofrendo, no tratamento para dependência de SPA e da obesidade. Não houve uma adesão a nenhum dos encaminhamentos propostos neste caso de violência. O que leva a questionar a legitimidade da violência sofrida por Isabela dentro de um relacionamento lésbico, diferente de uma violência vinda de um homem para uma mulher, mas de uma mulher para outra mulher, como se elas estivessem no mesmo nível hierárquico e neste caso não se configurar abuso ou violência. Podemos pensar que estas mulheres se encontram com a mesma marca social de gênero, mas que isto não garante uma relação igualitária se pensarmos em outros aspectos que configuram as relações de poder e inferem violações de direitos.

Wittig (2002) colocou as lésbicas como não mulheres, por que estariam fora da economia sexual de troca de mulheres pelas relações de parentesco como as descritas por Rubin (1975), fruto do tabu do incesto, a heterossexualidade obrigatória e uma divisão assimétrica dos sexos. Rubin (1975) definiu o sistema sexo-gênero como o sistema de relações sociais que transforma a sexualidade biológica em produtos de da atividade humana dentro da divisão sexual do trabalho e da construção psicológica do desejo que fundamenta os direitos dos homens sobre as mulheres e visualiza a sexualidade como obrigatória dentro da economia política.

Por não estar dentro desta economia política, o olhar da comunidade e dos serviços de políticas públicas teriam dificuldades de categorizar esta Isabela como um sujeito alvo de proteção do estado, como uma não mulher? Existe um risco que a homogeneização de um sujeito único - mulher- produz ao desconsiderar as diferentes

⁶ Grupo G8 do SAJU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – serviço de atendimento e acessória jurídico e psicológico prestado em relação à violência de gênero pela composição de estudantes e profissionais.

inserções políticas das múltiplas mulheres na sociedade. Da mesma forma não é possível falar de um único homem.

Rich (1980) postulou a heterossexualidade compulsória como opressão às mulheres, por isso utilizou o “continuum lésbico” como se pudesse dar conta da irmandade entre as mulheres. Porém esta irmandade nem sempre dá conta da superação da dominação masculina (Bordieu, 1999), a produção das mulheres ainda fica muito associada às questões de ter e cuidar de crianças, bem como dar conta dos trabalhos domésticos, e reificam a subordinação e até mesmo violência e opressão de uma mulher sobre a outra.

Os estudos voltam-se a pensar a subordinação das mulheres, como se estivesse no corpo dos homens esta responsabilidade, quando na verdade eles também são produtos das relações de poder que se tem estabelecido. Na saúde existe esta abertura para pensar em gênero claramente, na política pública da Assistência social tudo fala do gênero, mas ele não está ali colocado diretamente. Afinal, como pode o maior programa de transferência de renda do mundo, com é o Programa Bolsa Família – PBF – que funciona há 7 anos no Brasil, focar as mulheres como titulares em circunstâncias, onde nem sempre se abre uma brecha para (re)pensar a organização familiar, social.

Considerações

O ponto comum de todos os três casos perpassa por formas de dominação masculina contemporâneas que podem ou não substituir o patriarcado, formas que também subjetivam homens, ou sociedades que estão fora da lógica do patriarcado. Dominação esta que produz formas de homofobia como o caso de Paulo, que produz a norma de uma identidade e gênero como no corpo de Vanessa, e que reforça que Isabela se mantenha em um modelo de relação que reitera um modelo de relação entre dominante e dominado/a.

A sexualidade constituiu-se como um dispositivo histórico do poder (FOUCAULT, 1988) o que se assemelha a constituição do racismo e do sexismo (MISKOLCI, 2009). O sujeito que não pode ter uma legitimidade em assumir um lugar social, acaba por ocupar um espaço de patologia. E como destaca Medrado (2004) e

Sarti (2009), ao invés de procurar os culpados, é preciso identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero na tensão entre os espaços públicos e privados. O que não implica em um não investimento da responsabilidade individual como o reconhecimento da violência de gênero, o que permite reconhecer que a dinâmica social perpassa não só as relações entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres, entre homens e homens e de uma forma geral nos homens e nas mulheres.

O corpo não pode se tornar só texto de uma política pública, quando na verdade ele é produzido por várias instituições e dispositivos tecnológicos. Práticas higienistas e normalizadoras ainda compõem o tecido da política pública de assistência social, não só pelo que se escreve e regula, mas também pelo resquício das práticas que se mantêm, o que confere a organização social em torno da sexualidade e modelos de relação que foram se construindo. Por isso, as normas são reiteradas, uma vez que precisamos de identidade para reivindicar e ser sujeito de políticas públicas. É preciso abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas, como podemos nos inspirar neste ensaio com Wittig, Reich, Rubin, Butler, Hawarary.

As políticas assistências deveriam possibilitar os acessos e a autonomia dos sujeitos, conforme preconizam a expansão dos serviços. Contudo, reproduz-se, por vezes, um papel paternalista e de tutela sobre os sujeitos, estigmatizando e reafirmando papéis já estabelecidos e esperados dentro das performances de gênero que instituem masculinidades e feminilidades. Um aspecto a ser pensado é o fato de homens, geralmente, não serem colocados como responsáveis legais pelas famílias no Cadastro Único que concede o Benefício do Programa Bolsa Família, o qual tem como condicionalidade os campos da saúde e da educação (MDS, 2004), priorizando, responsabilizando e sobrecarregando as mulheres no que tange a vigilância do seu corpo reprodutivo e do corpo das crianças que vai desde os aspectos nutricionais até o aprendizado. Naturalizando, assim, o lugar da mulher como a que cabe gerir o que está na ordem do privado, doméstico. Desta forma, podemos problematizar como de certa forma se marginaliza o acesso do próprio cuidado do homem com a sua saúde que vem sendo pauta das discussões em torno da Política Nacional de Saúde do Homem – PNSH (BRASIL, 2009). Estas propostas convivem com ações de políticas públicas que convocam os homens a um “exercício da paternidade responsável” (LYRA, 2004)

ligada aos cuidados dos/as filhos/as na relação com os direitos e deveres dentro das escolas e das redes de saúde e assistência social. Existem, enfim, muitas justificativas para que os homens não sejam considerados responsáveis pela/s família/s e nem tidos como foco das práticas tradicionais da assistência social que nasceram no assistencialismo. Nesta perspectiva, os homens ficaram visualizados como sujeitos que atravancam o desenvolvimento das famílias e até mesmo da sociedade por estarem mais envolvidos como protagonistas das violências domésticas e urbanas, e vistos, na maioria das vezes, como responsáveis por sua condição de agressividade, vulnerabilidade, e até mesmo da dependência do álcool e de Substâncias Psicoativas. Porém, é importante refletir que a construção das masculinidades se dá no embate da força (FRAGA, 2000; CHECCETTO, 2004), é preciso virilidade como estratégia de defesa para agüentar a dureza do trabalho (DEJOURS, 2007; DETONI, 2010), e mais, as masculinidades se interpelam dentro de um modelo esperado de homem: o forte, o corajoso e o sexualmente insaciável (MEDRADO, 2004).

Contudo, sabemos que por mais que existam masculinidades hegemônicas construídas em diferentes locais (WELZER-LANG, 2001; DETONI, 2010), não existe uma masculinidade, mas masculinidades, que precisam ser vistas dentro da sua pluralidade (CONNELL, 2006; SEFFNER, 2004; CYPRIANO, 2008; CLÍMACO, 2008), como também não podemos condicionar a uma única forma de existir enquanto mulher que pode estar associada a estes atributos masculinos. Os atributos que cercam estas marcas da construção de gênero referenciam as possibilidades de existir enquanto homem e mulher nos diferentes contextos, como nas composições e aplicabilidades das políticas públicas, em especial nos espaços dos CRAS(s), CREAS(s) e comunidades atendidas dentro do processo de territorialização e implantação do SUAS.

Este lugar que os homens ocupam dentro da atenção das políticas públicas, com foco nas questões de gênero, vem se constituindo num campo de negociação e ocupação recente, bem como pensar nas masculinidades e feminilidades que não respondem ao modelo heteronormativo, que pode ser vislumbrado pelas identidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais) que já conquistaram espaço dentro das políticas públicas. . Por isso, acreditamos na necessidade de constituir saberes teóricos que discorram sobre estes/as usuários/as e estes serviços de Assistência Social a partir dos documentos elaborados e pelas práticas produzidas dentro do SUAS. Pensando no que (im) possibilita formas de existir e marcar os corpos

dentro das performances de gênero, como os Estudos Queer, têm apontado que nem todos os corpos cabem dentro da possibilidade das identidades que dispomos, ao mesmo tempo em que a própria constituição de uma identidade não é fixa. Como se constituem estes sujeitos considerados vulneráveis, que necessitam destes atendimentos ou prioridade no serviço de assistência? A princípio os homens são considerados sujeitos com maior força física e social, os quais não dependeriam da mesma proteção que o Estado vem estabelecendo com os grupos entendidos como vulneráveis; uma vez que a sociedade é marcada pelas relações de gênero que trazem no seu cerne a hierarquia do masculino sobre o feminino, o heterossexismo, o patriarcado, a dominação masculina. Precisa-se problematizar como se constituem e se executam as políticas públicas, o que se articula nas políticas que visam às garantias propostas pelo Estado de Seguridade Social, Saúde e Previdência Social.

Referências

AQUINO, Estela M L. "Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil". **Revista de Saúde Pública**, n. 40 (número especial), p. 121-132, 2006.

BORDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – (PNAS, 2004) aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15/10/04, e publicada no **Diário Oficial da União** em 28/10/04; disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes> Acesso: 18 de setembro de 2011.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_homem.pdf Acesso: 18 de setembro de 2011.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CECCHETTO, Fátima Regina. Corpo, masculinidade e violência. Em: _____. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 73 – 84.

CLIMACO, Danilo de Assis. Os laços homosociais entre homens: análise de *Between men: english and male homosocial desire*, de Eve Sedgwick. In: **Fazendo o Gênero 8. Corpo Violência e Poder.** Florianópolis, de 25 a 28 de 2008.

CONNELL, R. W. Desarrollo, globalización y masculinidades. In: CARREGA, Gloria; SIERRA, Ivador. (Coord.) **Debates sobre masculinidades: Poder, desarrollo, Políticas Públicas e Ciudadanía.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p.185 - 210.

CYPRIANO, Breno. Diálogos entre o Feminismo no masculino e Teoria Política. **Fazendo o Gênero 8. Corpo Violência e Poder.** Florianópolis, de 25 a 28 de 2008.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DETONI, Priscila Pavan. “Seguir Barragem”: (Re - Des) Construções das Masculinidades num Canteiro de Obras de uma Usina Hidrelétrica. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DIAS, Daniela Duarte. **Política pública de assistência social, entre o controle e a autonomia.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política.** Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRAGA, Alex Branco. Anatomias de consumo: investimentos na musculatura masculina. Em: **Educação & Realidade**, v. 25 nº 2 Julho Dezembro 2000, p. 135-150.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*, Jun 2004, no.22, p.201-246.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Autor, 2007.

LYRA, Jorge. Paternidade: sentidos, marcas e padrões sociais. Em: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra. (orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/ Nepo/Pagacapá, 2004.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 2009, n.21, pp. 150-182.

MEDRADO, Benedito. Sexualidades e socialização masculina: Por uma ética da diversidade. Em: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra. (orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/ Nepo/Pagacapá, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

MDS - Edital 2012. Acesso: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoescontratos/organismos-internacionais-pessoa-fisica/editais-disponiveis/edital-131-tr-42b-sagi.pdf>

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: notes on the ‘Political Economy’ of sex. In REITER, Rayna Rapp (ed.). **Toward na anthropology of women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975. (há uma tradução para o português – feita pelo SOS-Corpo de Recife – e outra para o espanhol – Rubin, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In Nueva Antropología, vol. VIII, no. 30, México, 1986.)

RUSSO, Jane A.; ROHDEN, Fabíola; TORRES, Igor and FARO, Livi. **O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização**. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.3, pp. 617-636.

SARTI, Cynthia A. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Rev. Sexualidad, Salud y Sociedad**, n1, 2009, pp 89-103.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** *Cad. Pagu* [online]. 2007, n.28, pp. 19-54.

SEFFNER, Fernando. **Fazer com Homem, Fazer com Mulher: a escorregadia masculinidade bissexual.** In: LOPES, Denilson; BENTO, Berenice; ABOUD, Sergio et al. (Org) *Imagem e Diversidade Sexual: Estudos da homocultura.* São Paulo: Nojosa, 2004, p.434-436.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas Pagu**, v. 2., 2001